

**A praça é minha, é sua, é de todos:
a função social das praças centrais em municípios do interior paulista**

SESSÃO TEMÁTICA: Direito à paisagem
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor 1: Ewerton Lemos Gomes/Universidade Federal do Paraná -
PPGGEO/ewertonlegomes@gmail.com
Coautor 2: Pedro Lemos Gomes/Universidade Júlio de Mesquita Filho/UNESP-
PPGARQ/pedrolemosgm@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é compreender a função social das praças na conformação da vida pública em municípios do interior paulista a partir da análise exploratória-descritiva de duas praças. Apesar das diferentes origens, configurações e históricos, é comum às praças o fato de desempenharem uma função social através de sua materialidade. A sociabilidade nesses locais se atrela invariavelmente ao projeto paisagístico, que possibilita encontros e paradas, e molda, em diferentes intensidades, a experiência de vida dos frequentadores, tornando a praça por meio da dimensão física, um espaço de experiência, afeto e memória. Destaca-se a aplicabilidade da noção de remetimento à paisagem das praças, onde mesmo simples elementos desempenham um papel no imaginário de quem frequenta estes espaços. Conclui-se que a existência de uma função social da paisagem está atrelada ao desenvolvimento de uma 'noção de vida pública', relacionada aos remetimentos despertados por seus elementos. Enfatiza-se a importância de compreender as praças não só como ornamentos, mas como espaços fundamentais para a vida urbana, dependentes de projetos paisagísticos que promovam a civilidade e a criação de laços afetivos. A busca da pesquisa não é generalizar resultados, mas iniciar uma discussão sobre a função social da paisagem mediante o objeto escolhido.

PALAVRAS-CHAVES: direito à paisagem; praças; interior-paulista.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the social function of squares in shaping public life in municipalities in the interior of São Paulo based on an exploratory-descriptive analysis of two squares. Despite their different origins, configurations and histories, the fact that squares perform a social function through their materiality is common. Sociability in these places is invariably linked to the landscape design, which allows meetings and stops, and shapes, in different intensities, the life experience of visitors, making the square, through its physical dimension, a space of experience, affection and memory. The applicability of the notion of reference to the landscape of squares stands out, where even simple elements play a role in the imagination of those who frequent these spaces. It is concluded that the existence of a social function of the landscape is linked to the development of a 'notion of public life', related to the responses awakened by its elements. The importance of understanding squares not only as ornaments, but as fundamental spaces for urban life, dependent on landscape projects that promote civility and the creation of emotional bonds, is emphasized. The aim of the research is not to generalize results, but to initiate a discussion about the social function of the landscape through the chosen object.

KEYWORDS: right to landscapes; squares; interior-paulista.



1 INTRODUÇÃO

Bancos, árvores, um coreto, chafariz central e o *petit pavê* são alguns dos elementos de destaque que compõem um lugar de sociabilidades, as praças do interior paulista são notadamente marcadas por uma configuração espacial bastante semelhante, evocando diversos sentimentos de nostalgia quando um filho destas terras vê paisagem semelhante nas metrópoles.

Ainda que sejam locais com um forte apelo emocional e simbólico, as praças têm uma significação ainda maior quando pensamos em seu papel para a vida pública de uma ‘cidade pequena’. Comemorações, desfiles cívicos, feiras e festas são apenas algumas das muitas funções que o espaço da praça encerra. Sua centralidade em uma cidade parece criar uma certa atmosfera afetiva magnética que atrai munícipes e turistas para seus diversos bancos e sombras aos finais de tarde.

Apesar do espaço das praças representar, por excelência, uma tradução do que seria a civilidade e a vida pública em uma cidade interiorana, nem sempre foi assim. É necessário considerar fatores históricos e sociais na formação das cidades. A praça central nem sempre foi central, o convite aos seus bancos e suas sombras nem sempre foi estendido a todos e todas. O direito à paisagem não era e entende-se que ainda não é garantido a todos e todas em diversos locais, por tal motivo, se faz necessário compreender que esse direito é algo socialmente construído e que, por vezes, depende da compreensão de um longo processo histórico-social.

Desta forma, o que se objetiva com o presente trabalho é compreender a função social das praças na conformação da vida pública em municípios do interior paulista; para tanto, entende-se que é necessário fazer um breve resgate histórico sobre a conformação formativa e urbanística destes municípios. Compreende-se que a extensão do interior paulista é bastante grande, deste modo, como recorte geográfico de pesquisa escolheu-se dois municípios com similaridades e particularidades em suas fundações. Os municípios escolhidos são Rio Claro e Pirajuí, ambos localizados no interior paulista, no entanto, um no centro-leste e outro no centro-oeste, respectivamente.

Os municípios escolhidos apresentam uma configuração semelhante em suas fundações, oriundos da exploração de suas respectivas regiões e consolidados a partir do desenvolvimento cafeeiro, nasceram da necessidade de se conformar povoados e regiões administrativas que atendessem às fazendas em seu entorno. As ferrovias Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a Cia. Paulista de Estradas de Ferro representaram papéis importantes no desenvolvimento dos dois municípios.

Como forma de alcançar o objetivo deste trabalho, adotou-se uma metodologia de dois passos, sendo o primeiro uma pesquisa de base historiográfica, visando entender o processo de conformação dos municípios. O segundo momento é uma análise de conteúdo a partir de imagens das praças centrais, a intenção é elencar os elementos paisagísticos que representam e/ou participam na – até então pretensa – função social.

As análises propostas levam em conta um referencial teórico que se pauta no entendimento do que seria uma praça, o que é o espaço e a vida pública e as funções sociais da paisagem. Sendo assim, as análises compreendem um emparelhamento entre a literatura e a pesquisa de campo.

2 A INTENCIONALIDADE DA CONVIVÊNCIA: AS PRAÇAS



É um truísmo dizer que as praças são um espaço público de convivência. Árvores, bancos, pequenos caminhos a se percorrer e uma infinidade de atividades que acontecem de forma simultânea nesses espaços. A vida pública é pulsante, os adultos caminham, as crianças se divertem e, em muitos casos, encontramos alguns ambulantes que fazem seu comércio.

No entanto, pensar em uma praça apenas como um espaço de lazer é uma diminuição da potencialidade destes lugares. Frequentar uma praça ultrapassa aspectos de convivência, o uso de um espaço público como a praça é um ato de civilidade por parte dos moradores (Cerqueira, 2013).

Porém, antes de adentrar em mais aspectos sobre seu uso, é necessário compreender a conformação da praça enquanto um lugar e um espaço público livre. Para Lamas (2010, p. 102) a praça é um “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”.

É a partir da definição de Lamas (2010) que começamos a entender que a praça ultrapassa os limites da simples ocupação de um espaço geográfico. A praça se torna um lugar de acontecimentos e de práticas sociais. É a partir destas duas concepções que buscamos entender a manifestação da vida urbana, tendo em mente que a tradução destas variáveis se dá no ato – performance – e através das pessoas que frequentam uma praça (Rosaneli et al., 2016).

Em um breve histórico, as praças podem ser consideradas reminiscentes das Ágoras gregas, no entanto, apesar de possuir função semelhante, seus traçados evoluíram com o tempo, tornando-se muito mais do que somente um espaço para os encontros que até meados do século XVIII eram restritos aos entornos de palácios (De Angelis et al., 2005).

A existência de espaços livres de grande circulação – ainda não denominados praças – era uma característica atrelada aos mercados populares e igrejas. Foi a partir do século de XIX que as praças começaram a ganhar contornos de projeto e passaram a ser desenhadas realmente com uma intenção, um exemplo desta intencionalidade pode ser encontrado no trabalho de profissionais como Frederick Law Olmsed, paisagista responsável pelo *Central Park* (De Angelis et al., 2005; Macedo; Robba, 2002).

É a partir deste histórico que se corrobora a intencionalidade do encontro e da sociabilidade em uma praça. Seu desenho, mobiliário e até mesmo os símbolos utilizados em uma praça representam alguma função que motive o exercício da vida pública.

Nas palavras de Dizeró (2006, p. 137) “[...] a praça é um espaço de reunião, construído para e pela sociedade, sendo palco representativo da dimensão histórica e cultural da cidade [...]”. Um espaço vital para o desenvolvimento da vida pública e para o enfrentamento de desigualdades, afinal, por excelência, a praça é a representação – ou deveria ser – de um espaço para todos.

Além da função do encontro, as praças também podem ser consideradas locais simbólicos se encarados por uma dimensão cultural, isto é, as atividades que se desenvolvem em uma praça podem ter sentido e significado devido às espacialidades produzidas por elas, por exemplo, festas cívicas, de santos e feiras populares são manifestações que ultrapassam sua dimensão material, assim, a praça ganha outro sentido devido aos afetos gerados (Da Silva, 2018).

Desta forma, entende-se que as praças são lugares em que predomina uma atmosfera de sociabilidade que fomenta o encontro. Ainda que estejam presentes em nosso dia-a-dia como simples locais de passagem, as praças não deixam de cumprir o seu papel intencional.

Por fim, entende-se que o espaço da praça concentra e conecta questões espaciais e simbólicas que precisam ser consideradas aos pensarmos na função que elas desempenham para a vida



pública, sendo assim, estes locais podem ser entendidos como espaços de mediação das representações cotidianas da paisagem de uma cidade, concentrando elementos que remetem, através de seu simbolismo, as potencialidades do uso e apropriação dos espaços públicos contemporâneos.

3 UM ESPAÇO, VÁRIAS VIDAS: ESPAÇO E VIDA PÚBLICA

Espaços públicos são um paradigma antigo quando nos debruçamos sobre as discussões do urbanismo, da arquitetura da paisagem e, principalmente, da geografia. O termo é oriundo de uma concepção espacial que remete ao uso e, por vezes, apropriação material e simbólica de uma determinada porção de espaço por parte do público (Rodrigues, 2021).

No entanto, devido à polissemia inerente ao termo, é necessário tomar certa precaução semântica quando abordamos a temática, ou seja, é necessário atentar qual conceituação é utilizada e para qual fim servirá. Tendo essa perspectiva em mente, adotaremos a definição de espaço público apresentada por Castro (2002):

O espaço público é uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social, ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo (*sic*) intenso. A noção de público não é, pois, uma qualidade intrínseca a um espaço, mas sim uma construção social e política que resulta da combinação de vários factores (*sic*) [...] (Castro, 2002, p. 54)

Compreende-se, a partir dessa definição, que o espaço público não é apenas um lugar amplo e livre que pode ser acessado por todos. O real desenvolvimento de uma vida pública nestes espaços depende de fatores que ultrapassam o simples uso e a apropriação, isto é, se faz necessário pensar também em dimensões políticas, jurídicas e sociais quando empregamos esforços para compreendê-lo dentro de uma cidade.

A partir desse entendimento, nota-se que o espaço público ganha contornos de território, ou seja, um espaço geográfico marcado por disputas sociais de poder. No entanto, o conceito de território – aplicado ao espaço público – não deve ser entendido como uma disputa de poder pela ‘posse’, mas sim pela garantia de uso destes lugares (Lisboa Nobre, 2007).

Frente a essa afirmação, concorda-se com Magnoli (1981, p. 61,62 apud Leite 2011, p. 64) quando a autora, ao descrever a formação de teorias paisagísticas sobre o espaço público, destaca que “essa visão social do espaço público não foi, entretanto, capaz de alterar o quadro urbano que se formava, com estruturas de organização física e de serviços deficientes ou inexistentes e total descaso pelos espaços coletivos da população”. Ainda que a afirmação faça referência a uma realidade temporalmente distante, as teorias e os projetos inspirados nessa concepção de espaço público continuam a reverberar pelo país; desta forma, pode-se dizer que o espaço público livre ainda não encontra uma contrapartida real no cotidiano das cidades.

Ainda que a vida pública seja pungente em alguns locais, pensar em uma real apropriação do espaço público pela coletividade ainda é um horizonte distante se considerarmos o papel das pessoas e suas intenções. Souza Mendonça (2007, p. 297) reforça o argumento ao afirmar que “este entendimento considera que, a forma do ambiente urbano se encontra necessariamente relacionada às articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo neste sentido, as pessoas, seus desejos e intenções”.



É nesse meio entre poder, uso, pessoas, desejos e intenções que vemos uma disputa de forças que se inserem em uma atmosfera por um certo ‘desenvolvimento socioespacial’, isto é, a luta contínua entre o uso do espaço e suas restrições é o que alavanca o pensamento sobre a realidade que se deseja nas metrópoles e pequenas cidades.

Deste modo, nota-se que o espaço público, para além de um local de congregação de pessoas, também é instituindo através das lutas que ali ocorrem. É importante frisar que não é necessário viver em uma ‘guerra’, mas sempre existirão tensões que fazem parte da própria vida pública.

Cerqueira (2013, p. 23-24) corrobora a afirmação ao ressaltar que o “[...] espaço público enquanto aqueles (espaços) que apresentam ligação com a vida pública, que estabeleça/permita uma co-presença de indivíduos na capacidade de estabelecer diálogo ou exprimir opiniões”. Assim, nota-se que o espaço, para além de público, também precisa ter uma função social bem definida, seja ela simples ou uma grande manifestação de um grupo social.

Por fim, compreende-se que o espaço público é definido pela *função social* que desempenha para a vida pública. A capacidade de unir e permitir que as pessoas façam uso desses espaços é o que delimita sua função, afinal, se dependesse somente de sua delimitação conceitual/jurídica/urbanística, seriam apenas *espaços*, e para ser público – realmente público – não basta não ser privado.

4 PARA ALÉM DO OLHAR: A FUNÇÃO SOCIAL DA PAISAGEM

“Por fim, compreende-se que o espaço público é definido pela *função social*”. Se o espaço público é definido por essa função, qual o papel da paisagem, enquanto categoria que detêm o espaço público em si, para a sociabilidade e para a representação social? É através desta indagação que começamos a tangenciar não somente a temática do evento, mas a questionar a paisagem para além de suas definições e representações pictóricas.

O histórico da categoria paisagem é vasto e de difícil delimitação quando pensamos em sua trajetória conceitual. Tanto na geografia quanto na arquitetura, a paisagem é um objeto do conhecimento que ainda não findou suas possibilidades de discussão. O que é a paisagem?

Como forma de resgatar um entendimento prévio sobre a função desta categoria e compreender os avanços teóricos sobre a paisagem, concordamos com Holzer (1998) quando o autor assevera que a paisagem é um conceito complicado de se definir devido a dois motivos: primeiro, os estudiosos de épocas passadas não achavam interessante refletir sobre sua existência material; o segundo motivo está atrelado à língua, nas palavras de Holzer (1998, p. 52) “[...] para um determinado termo, acepções que apesar da aparente semelhança escondem sutilezas que são, muitas vezes, intraduzíveis. Este é o caso da palavra “paisagem” [...]”. A dificuldade em se definir paisagem nos leva a crer que, apesar de real, a palavra ainda guarda surpresas em suas diversas representações.

Holzer (1998) aporta uma discussão bastante extensa sobre o conceito de paisagem em sua tese, segundo o autor, a palavra tem inúmeras origens etimológicas, podendo ser encontrada no alemão enquanto *landschaft*, no holandês *landschap*, no inglês *landscape*, francês como *paysage* e no italiano como *paesaggio*. Todas estas definições trazem consigo um entendimento, sendo que as três primeiras remetem sua significação às formatações territoriais e culturais; as outras duas, originadas no latim, apresentam um remetimento ao visual, dado ao seu prefixo *pays* ou *pae* por conta das cartas geográficas que “descreviam” modos de vida e características territoriais genéricas em áreas amplas de terra.



Apesar da discussão ainda ser recorrente, concordamos com Sandeville-Júnior (2005, p. 52) quando o autor chega à seguinte conclusão no seu trabalho histórico-conceitual sobre o termo

O sentido veiculado na argumentação apresentada remete claramente à territorialidade e à dimensão cultural e sensível implicada. Daí é insuficiente definir o “objeto de conhecimento” paisagem com base, exclusivamente, em sua percepção visual (a qual, para nós, ficaria melhor compreendida como panorama, prospecto). A redução da paisagem à sua mera visibilidade formal aproxima sua compreensão da idéia de pitoresco, o “pinturesco”: aquilo próprio para ser pintado, a cena (embora o pitoresco esteja muito além desse sentido). Reduzida a cenário, facilmente resvala para o decorativo, o superficial, o acessório, revelando alguns dos problemas de enfrentamento da paisagem em nossa sociedade.

É através deste resgate histórico que podemos afirmar que a paisagem ainda não chegou à sua forma final – e provavelmente não chegará – haja visto a multiplicidade de olhares que se debruçam sobre este objeto do conhecimento.

Com isso em mente, esclarecemos que a discussão não se finda aqui e essa nem é a intenção do trabalho, porém, sublinha-se que a noção de *função social* não aparece em nenhum dos termos previamente resgatados. Tal constatação não se deve ao fato de que os teóricos não pensavam no social, ou mesmo que a função social não era algo presente, mas se deve ao momento histórico-cultural em que a paisagem estava sendo discutida.

Foi somente de uns anos para cá que a paisagem começou a ser enxergada para além de seu viés pictórico. Para além das dimensões cultural e visual, a *função social* ainda é abordada de forma tímida nos estudos nacionais e internacionais (Schwerz, 2023). Em uma busca pela frase¹ “a função social da paisagem” no Google Scholar, encontramos apenas seis resultados, dos quais cinco não desenvolvem com profundidade a temática.

É a partir desta constatação que se vislumbra a possibilidade de discutir tanto o projeto paisagístico como a categoria paisagem em vistas de sua função social. Avançar em discussões que não se restrinjam ao direito ao espaço no seu sentido de ocupação e moradia – também muito importantes e cada vez mais necessários – mas olhando para a paisagem como um espaço de transitoriedades, representações e mobilidades urbanas (Castro, 2002).

A quem pertence a paisagem? Para quem é a paisagem? Talvez ao olhar para esses questionamentos os estudiosos da paisagem possam atentar-se para questões da *utilidade* da paisagem e seu projeto. Bottallo (2018) aborda em sua dissertação um histórico sobre as reformas em códigos urbanos e movimentos sociais como o Movimento Nacional para Reforma Urbana (MNRU), demonstrando que a preocupação com a função social da paisagem não é recente, mas que ficou ‘adormecida’ após anos de luta devido há como o mercado e o capital lidaram com estes movimentos sociais.

Recuperar as dimensões sociais da paisagem é uma forma de manter vivos os anseios da população frente aos direitos que foram garantidos durante os períodos de reformas urbanas no país, isto é, a prevalência dos interesses comuns frente aos particulares (Lisboa Nobre, 2007). Assevera-se as discussões sobre a função social ao estabelecer uma dimensão cultural para a paisagem

¹ A frase foi pesquisada com aspas para aumentar a acurácia dos resultados.



Nesse sentido, o uso desse bem é um direito de todos. No entanto, há necessidade de que o Poder Público municipal não somente use seu poder de polícia a fim de reprimir quaisquer excessos – que podem significar diversos transtornos urbanos, inclusive a poluição visual –, mas também a obrigação de manter os diversos espaços que compõem essa paisagem (Bottallo, 2018, p. 101)

Perante ao que a autora nos coloca, é válido dizer que a paisagem não se restringe unicamente ao *golpe de vista* que abarca determinada região. Talvez um “golpe de vida” que se concentra numa determinada região seria mais justo frente ao que já foi discutido. A paisagem não precisa ficar engessada em discussões que se pretendam olhar unicamente para sua preservação, mas olhar para a preservação da vida que acontece nesses locais, procurando mitigar desigualdades, fomentar o seu acesso por grupos sociais diversos, buscando uma paisagem que seja inclusiva e que fuja às normas de um mercado-espacial que segrega cada vez mais.

5 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A pesquisa apresentada neste trabalho é de cunho exploratório-descritivo, haja visto o objetivo que se pretende alcançar e a intenção de não generalizar os resultados do estudo (Denzin; Lincoln, 2006). A abordagem do trabalho pode ser caracterizada como qualitativa ao considerar as estratégias de coleta e análise utilizadas.

A coleta e análise de dados é oriunda de duas ferramentas distintas: uma breve revisão histórica das praças, buscando entender os elementos essenciais em sua conformação. Esta etapa não busca somente caracterizar as praças, mas entender os processos formativos e, posteriormente, elementos como a atmosfera, o ambiente e a própria paisagem.

A segunda ferramenta compreende uma análise de fotografias. A análise será composta por uma coleta de fotografias em sites oficiais; a estratégia de busca pauta-se em uma maior precisão dos dados, isto é, na compreensão de como os órgãos governamentais dos municípios estão apresentando estes locais em seus domínios oficiais e quais os elementos paisagísticos e simbólicos são destacados (Neto; Marins, 2019).

O software Atlas.ti foi utilizado como meio para sistematizar as análises, partindo de uma estratégia metodológica fundamentada pela Análise de Conteúdo de Bardin (2010) – i) Unidade de Registro, (ii) Unidade Referente, (iii) Unidade de Contexto.

As categorias de análise das fotos foram estabelecidas com base em um estudo realizado por Guissoni, Gomes e Torres (2023). O trabalho dos autores também teve como foco a análise fotográfica de praças e alcançou resultados positivos em relação ao seu objetivo geral, deste modo, julgou-se válido adotar categorias semelhantes no presente estudo: “[...] definiu-se para análise: *cultura, vegetação, elementos de destaque, humanização, elementos fixos e diferencial*. Cada unidade foi subdividida, classificada e (re)qualificada em elementos paisagísticos (fixos e fluxos)” (Guissoni; Gomes; Torres, 2023, p. 8).

O intuito da combinação entre resgate histórico e análise de conteúdo é o de apresentar resultados, com base nas categorias, que permitissem entender os elementos paisagísticos que compõem as praças e seus remetimentos (Berque, 2012) na vida pública e sua função social.



6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa para entender os processos e a função social das praças na vida dos municípios é baseada em um resgate histórico. É válido lembrar que a própria formação das praças se confunde com a fundação de alguns dos municípios no interior paulista.

A dinâmica partia do estabelecimento de uma capela e logo em seguida se realizava uma missa, o que tornava a capela ‘curada’ (Marx, 1991). Após essa missa, o terreno do município ganhava legalidade frente aos poderes da época. O estabelecimento da capela gerava desdobramentos, um largo era construído para complementar a fundação, tornando-se um espaço convivência e conveniência para os cidadãos (Ferreira, Oliveira e Benincasa, 2012).

6.1 Breve histórico de Rio Claro

O município de Rio Claro está localizado na região centro-leste do Estado de São Paulo, segundo dados, sua origem deve-se à corrida do ouro em 1719. A região era utilizada como ponto de paragem para os paulistas que cruzavam os sertões em direção à Cuiabá. O pouso, com o avançar dos anos, foi ganhando contornos (Prefeitura de Rio Claro, 2023). A primeira capela foi construída em um terreno doado por fazendeiros, no entorno deste edifício surgiram prédios comerciais e públicos. A cura da capela ocorreu somente no ano de 1827, tornando-a o principal edifício religioso da então freguesia, e futuramente, igreja matriz da cidade. Em 1876 foi inaugurada a estrada de ferro que ligava Rio Claro à Campinas sob a concessão da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, outros dois ramais foram inaugurados em 1881 e 1885 pela Cia. de Estradas de Ferro de Rio Claro. O município alcançou o status de autonomia em 1845; em 1905 seu nome foi simplificado para Rio Claro (Prefeitura de Rio Claro, 2023).

6.1.1 O Jardim Público de Rio Claro

O projeto do jardim Público de Rio Claro é uma obra da firma Dierberger, a empresa, primeiramente, atuou entre os anos de 1900 e 1902 para a edificação do jardim, e novamente entre 1921 e 1922, em reforma solicitada pelo poder municipal. A primeira atuação da firma no local tem a assinatura do então dono da firma, o paisagista autodidata João Dierberger, já a reforma da década de 1920 foi projeto de seu filho, o arquiteto Reynaldo Dierberger. O jardim foi concebido com a intenção de dar nova utilidade ao terreno após a demolição das obras de uma inacabada tentativa de Igreja Matriz.

A firma Dierberger adota uma postura de resguardo das linhas e equipamentos originais no projeto, mantendo ornamentos e equipamentos e buscando harmonia entre os projetos paisagísticos desenvolvidos pela firma nos dois diferentes momentos. É válido ressaltar que essa postura permitiu manter a ‘função’ do jardim ao longo de suas transformações, o que pode ser observado na disposição do mobiliário remanescente no jardim (Henriques, 2016).

Ao longo dos anos, uma série de elementos simbólicos também foram construídos, como estátuas e bustos, alguns se mantêm até hoje, como é o caso do ‘Chafariz do Índio’. Outros, foram suprimidos, como é o caso de um pequeno monumento em comemoração à chegada/implantação da luz elétrica no município (Mauro, 1989), e também de seu primeiro Coreto, demolido em 1961 e substituído por um de maior dimensão no início da década de 1970. Na figura 1 é possível observar essa série de elementos e o mobiliário que compõem o Jardim.



Figura 1: Montagem com imagens do Jardim Público



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Claro/Jornal da Cidade de Rio Claro (2023)

Um dos pontos mais marcantes dentre todas as reformas feitas no jardim foi a retirada dos gradis e portões que o cercavam até 1922 (Henriques, 2016). Essa abertura para o público demonstra uma nova perspectiva frente ao projeto paisagístico, isto é, o que antes era restrito, fechado, resguardado, agora passa a ser livre, solto, aberto, demonstrando uma passagem do privado para o público.

O jardim que até então tinha uma ‘sombra’ privada sob suas árvores e mobiliário, torna-se um lugar de convivência ao longo do tempo. As reformas permitiram que a praça/jardim desempenhasse sua função social plena, a do encontro e a da parada.

6.2 Pirajuí

Pirajuí é um município que está localizado no centro-oeste paulista. A cidade teve sua origem no ano de 1888 às margens do córrego Água da Mangueira. O território da cidade nasceu de uma disputa entre fazendeiros e o povo indígena que ocupava originalmente a região. Com o estabelecimento de fazendas de café, o pouso prosperou e se estabeleceu em 1902, a cura da capela ocorreu no ano de 1904, sendo fundada, oficialmente, a cidade de São Sebastião do Pouso Alegre, posteriormente Pirajuí em 1914 por força de um projeto de lei (Prefeitura de Pirajuí, 2023; Fabri, 2017). Obedecendo ao processo formativo de muitos municípios do oeste paulista, a Estrada de Ferro Noroeste foi um dos fatores fundamentais para o posterior progresso da cidade (Fabri, 2017). No entanto, segundo Fabri (2017) a estrada de ferro não foi o fator principal de sua conformação, Pirajuí destoa dos demais municípios da região devido à chegada tardia do ramal da estrada de ferro.

6.2.1 A praça Doutor Pedro da Rocha Braga

A atual praça Doutor Pedro da Rocha Braga fica localizada no coração da cidade. O lugar é um ponto de encontro e convivência bastante usual para os munícipes, sendo também um espaço utilizado para a realização de eventos.

Segundo Fabri (2017) a praça foi fundada no ano de 1910 sob o nome de Praça Ruy Barbosa, a autora indica que a o contorno original da praça difere do atual projeto urbanístico da cidade, o que leva a crer que a região foi modificada e/ou sofreu reformas ao longo do tempo.

A partir da consulta de registros fotográficos que datam do ano de 1928, é possível perceber que a praça foi alterada, as adições de mobiliário como luzes, bancos e o coreto foram as mudanças mais significativas que podem ser apontadas a partir destes registros (Fabri. 2017). A praça possui uma forma circular concêntrica que obedece ao modismo do paisagismo praticado na França, isto é, preza pela simetria entre seus elementos de composição, no entanto, difere-se desta tendência ao optar pela utilização de curvas ao invés de linhas retas. Na figura 2 é possível observar alguns dos elementos identificados no texto:

Figura 2: Montagem com imagens da Praça Doutor Pedro da Rocha Braga



Fonte: Prefeitura Municipal de Pirajuí/Câmara dos Vereadores de Pirajuí (2023)

Grande parte das árvores plantadas e da topiaria realizada na praça é obra de Antônio Marra, um jardineiro que, desde 1936, dedicou anos de sua vida à conservação do espaço e a expansão do verde (Homem Benigno, 2021).

Diferente de Rio Claro, não foram encontradas informações precisas sobre o projeto de edificação da praça, logo, não é possível atribuir autoria e nem um histórico de reformas a alguma firma de arquitetura, no entanto, é sabido que a firma de João Dierberger atuou na construção da praça da Matriz da cidade, deste modo, e devido à proximidade dos anos de construção, especula-se que a firma responsável pela obra da praça também seja a Dierberger, somado a isso, a empresa do paisagista fora contratada por diversos municípios a época para a realização de projetos do mesmo tipo (Dierberger & Cia, 1928).

Por fim, um ponto a se esclarecer sobre a história da praça é a sua função social no município, o local em questão sempre foi tido como um ponto de encontro e sociabilidade, as edificações ao redor fortalecem essa função, haja visto que é possível observar uma sinergia entre a sorveteria, a escola e a lanchonete, as pessoas frequentam esses locais e convergem para o centro da praça, como se houvesse uma certa 'gravidade' frente à intencionalidade de seu traçado, um espaço para ser ocupado.

6.3 Elementos conformadores da função social

As análises presentes nesta seção são oriundas da categorização dos elementos das praças com o auxílio do software Atlas.ti. A ferramenta permitiu elencar e reunir os componentes de maior representatividade para a função social dos dois espaços. A base para estas análises se pauta na revisão de literatura do trabalho e em inferências feitas a partir do histórico-paisagístico

apresentado nas seções anteriores. Na figura 3 é possível observar a organização realizada no programa.

Figura 3: Codificação de elementos das praças



Fonte: Os autores (2023)

Observando a coluna central podemos entender os elementos que desempenham e/ou auxiliam na conformação da função social de uma praça. A identificação destes elementos parte de um emparelhamento da teoria com a vivência, isto é, a partir da noção empírica da experiência existente em uma praça e do que se pode observar nas imagens (figura 1 e figura 2).

A análise do mapa de categorias coloca em voga 12 variáveis comuns nas duas praças, as cores indicam uma distribuição de elementos entre: cultura, elementos fixos, humanização e vegetação. Os elementos que ficaram fora da coluna principal têm a ver com características e elementos únicos em cada praça.

A partir do que se discutiu no referencial teórico, compreende-se que os elementos em questão não devem ser entendidos somente como coisas em sua materialidade. A partir do conceito de remetimento de Berque (2011), entende-se que estes elementos ultrapassam sua materialidade ao afetar as pessoas que utilizam as praças, isto é, um elemento nunca será pautado somente por sua objetividade no espaço em que está inserido, mas por uma série de subjetividades que, ao afetar as pessoas, despertam gatilhos para memórias e experiências outrora vivenciadas, como é o exemplo de um beijo à sombra de uma árvore, um passeio pelos caminhos de petit pavê, um busto ou banco com o nome de uma família tradicional

Ao permitir que as pessoas 'remetem', os elementos em questão passam a fazer parte da vida pública existente nas praças, a integrar uma miríade de relações que são construídas e/ou baseadas na existência ou ausência destas variáveis (Cerqueira, 2013; Lamas, 2010). O espaço deixa de ser somente espaço, vazio, inerte, passa a ter significado. A paisagem deixa de ser somente um local ao *golpe de vista*, também permite que haja afetações. A praça está inserida como pedra angular nestes espaços de representação a partir de seus elementos fundantes (Dizeró, 2006; Da Silva, 2018).

Sendo assim, entende-se que a função social de uma praça está atrelada aos fatores humanos, ou seja, depende da existência de uma vida pública e suas intenções e ações no espaço para que possa ter significado (Rodrigues, 2021; Souza Mendonca, 2007). É válido ressaltar que esses elementos não precisam ser construídos pela ação humana para que gerem os remetimentos ou façam parte da vida pública, a natureza, como é o caso de algumas árvores centenárias, faz parte das memórias e da dimensão cultural da paisagem (Bottallo, 2018).



Por fim, entende-se que os elementos constituintes do projeto paisagístico de uma praça têm uma intencionalidade que ultrapassa o seu simples uso. A análise destas categorias frente ao que foi discutido no marco teórico revelou que as espacialidades de uma praça só passam a fazer jus ao seu propósito poque tem sentido e significado na memória das pessoas que ali transitam, ou seja, a função social de uma praça está intrinsecamente ligada à memória social dos municípios no desenvolvimento da vida pública.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao que se objetivou neste artigo, que foi a compreensão da função social das praças na conformação da vida pública em municípios do interior paulista. Entende-se que, apesar do trabalho ser um pequeno recorte frente à realidade, atingiu-se os resultados esperados. Essa constatação é feita a partir da noção de pesquisa exploratória-descritiva (Denzin; Lincoln, 2006), logo, o intento da pesquisa nunca foi o de generalizar seus resultados, mas começar a explorar o campo da função social da paisagem a partir do objeto de pesquisa escolhido, as praças.

Deste modo, compreendeu-se que as praças dos municípios escolhidos são locais em que a função social é cumprida a partir do uso dos elementos e do mobiliário existente, a paisagem em si torna-se uma categoria que une experiências e vivências dentro de si.

A conformação dessa sociabilidade também está relacionada diretamente com a intencionalidade do projeto paisagístico. Uma vez que a praça é um lugar que incentiva o encontro e a parada, as experiências de vida de quem passa ou as utiliza de forma frequente vão se conformando nesses locais; as praças tornam-se uma espécie de relicário incrustado no centro das cidades que desperta memórias dos que ali transitam.

Outro resultado a ser destacado é o entendimento de que a noção de remetimento apresentada por Berque (2011) também é aplicável a paisagem das praças, isto é, os elementos que compõem uma praça não têm somente uma presença material, sua objetividade no mundo nasce de uma subjetividade presente no processo de composição do espaço que integram.

Nas palavras de Berque (2011, p. 7) “estes remetimentos são imateriais, incomensuráveis e irreduzíveis à lógica [...]. Eles não fazem menos parte da realidade [...]”. Logo, a função social da paisagem para o desenvolvimento de uma ‘noção de vida pública’ está ligada aos remetimentos possíveis que seus elementos possam despertar nas pessoas.

Ainda que discutir a função social da paisagem de uma praça possa parecer algo etéreo, é na própria noção da paisagem que se funda a necessidade do ‘olhar’ para estes lugares de encontro e parada como espaços fundamentais para a vida urbana. As praças não podem ser vistas apenas como enfeites e/ou equipamentos, precisam ser estudadas a partir de uma mirada mais profunda. Frente à sua capacidade de representação, o desenvolvimento de projetos paisagísticos que agreguem elementos que permitam a criação de um sentimento de civilidade por parte dos cidadãos é fundamental, afinal, só assim a função social da paisagem poderá se tornar uma realidade.

Como sugestões para pesquisas futuras, aconselha-se uma ampliação do recorte de praças e municípios que componham a amostra da pesquisa. Entende-se que a ampliação do número de casos estudados pode trazer novos resultados e auxiliará na compreensão da realidade de outros municípios do interior paulistas e Brasil afora. As principais dificuldades encontradas na realização da pesquisa foram a falta de dados em relação ao projeto da praça do município de Pirajuí e a falta de fotos mais precisas e abrangentes dos elementos das praças analisadas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. L. **Análise de Conteúdo** (5.ed.). Edições 70, 2010.
- BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v. 2, n. 1, p. 4-12, 2012.
- BOTTALLO, M. F de C. **Arte de rua na mira da (i)legalidade: redesenhando a paisagem urbana**. 2018. 146f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade Católica de Santos, Santos-SP, 2018.
- CASTRO, A. Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre espaços públicos urbanos. **Cidades – Comunidades e Territórios**. n.5, p. 53-67, 2002.
- CERQUEIRA, Y. M. S. F. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2013.
- DA SILVA, S. R. X. **A qualidade das experiências e a sustentabilidade nas praças turísticas de Curitiba e Ilhéus**. 2018. 203f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2018.
- DE ANGELIS, B. L. D.; DE ANGELIS NETO, G.; BARROS, G. D. A.; BARROS, R. D. A. **Praças: história, usos e funções**. Maringá: EDUEM, 2005.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens** (2. ed.). Rio de Janeiro: Artmed, 2006.
- DIERBERGER & CIA. **Arte e Jardim**. São Paulo: s/ed, 1928b.
- DIZERÓ, J. D. **Praças do interior paulista: estudo de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP**. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas-SP, 2006.
- FABRI, F. A. **Um ponto fora da linha: a formação urbana do município de Pirajuí (1900-1930)**. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru-SP, 2018.
- FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo, Disal, 2005.
- FERREIRA, M. C. B. F.; OLIVEIRA, C. B. de.; BENINCASA, V. Urbanização e ferrovia: implantação do sistema ferroviário no espaço urbano da cidade de Rio Claro/SP. In.: VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 6, 2012, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2012.
- GUISSONI, R.; GOMES, E. L.; TORRES, M. A. A mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flores... O mesmo jardim? Uma análise da paisagem nos espaços públicos em Curitiba/PR. In.: VI Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto, 6, 2023, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2023.
- HENRIQUES, A. B. et al. (Org.). **Patrimônio edificado em Rio Claro - SP**. 1a ed. Rio Claro: Phábrica, 2016.
- HOLZER, W. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. 1998. 257f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1998



- HOMEM BENIGNO. **Antônio Marra jardineiro: zelava por Pirajuí**. In: Homem Benigno, 2021. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/twANO>>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7ª ed. Lisboa: Calouste, 2010.
- LEITE, M. A. F. P. Uma narrativa da paisagem. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 28, p. 59-78, 2011.
- LISBOA NOBRE, P. J. Patrimônio-paisagem: função social da cidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 12, p. 282-295, 2007.
- MACEDO, S. S.; ROBBIA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.
- MARX, M. **Cidade no Brasil. Terra de quem?** São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991.
- MAURO, C. A. et. al. **A organização do espaço do Jardim Público de Rio Claro**. Rio Claro: [s.n.], 1989.
- NETO, J. E. P.; MARINS, C. E. de O. Elementos teóricos e sociais da paisagem em áreas urbanas: um estudo semiótico no caso de Itapuranga-GO. **Geografia (Londrina)**, v. 28, n. 1, p. 61-80, 2019.
- PREFEITURA DE RIO CLARO. **História do Município**. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/oEW07>>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- PREFEITURA DE PIRAJUÍ. **História do Município**. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/hMUXZ>>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- RODRIGUES, R. As cidades sem cidadania: a percepção do sujeito perante o espaço público desapropriado da coletividade. **Perspectivas em Diálogo**, v. 8, n. 18, p. 331-347. 2021.
- ROSANELI, A et al. Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR. **Urbe**, v.8, n.3, p.359–374, 2016.
- SANDEVILLE-JÚNIOR, E. Paisagem. **Paisagem Ambiente: ensaios**. n. 20, p. 47-60, 2005.
- SOUZA MENDONÇA, E. M. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007.
- SCHWERZ, J. P. Novas interpretações a partir da paisagem: a função social no entendimento de novos parâmetros urbanísticos. **Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 12, n.1, 2023.